Ata da 12ª Reunião Ordinária do II Período Legislativo de 2021

Aos (28) vinte e oito dias do mês de setembro de 2021, (dois mil e vinte e um), por volta das 20 h, reuniram-se presencialmente em Sessão Ordinária os Vereadores que representam o Poder Legislativo deste Município, com as ausências justificadas dos Vereadores Jonas Chagas Torres, Claudemir Paulino, Reginaldo Silva Santos e Joelson Fernandes. O Presidente abriu a Sessão e passou a condução dos trabalhos para que a Secretária Legislativa Adjunta fizesse a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi solicitada dispensa pelo Vereador José Anselmo da Silva e logo após foi colocada em votação, quando na ocasião foi aprovada por unanimidade dos Vereadores presentes. Na sequência foram encaminhados às Comissões Competentes os seguintes Projetos de Lei: nº 056/2021 de autoria do Poder Executivo, Ementa: Dispõe sobre a doação de terreno urbano para a construção de uma igreja e dá outras providências; nº 057/2021 de autoria do Poder Executivo, Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 2.178, de 11 de novembro de 2014 e dá outras providências; nº 058/2021 de autoria da Mesa Diretora, Ementa: Dispõe sobre a doação de motocicleta de propriedade da Câmara Municipal de Belo Jardim, em favor do Município de Belo Jardim, afetando-a ao uso exclusivo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e dá outras providências. Na sequência foi colocado em discussão, seguido de votação única o Projeto de Decreto nº 015/2021 de autoria do Vereador Nilton Senhorinho, Ementa: Concede Título de Cidadão Belo-jardinense ao Sr. Givaldo Gomes da Silva e dá outras providências, o qual foi aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes. Dando seguimento, foram colocados em discussão, seguidos de primeira votação, os seguintes Pareceres: nºs 096 e 097/2021 das Comissões de Legislação e Redação de Leis e Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 017/2021

de autoria do Vereador Reginaldo Silva Santos, Ementa: Denomina a Casa de Acolhimento de "Casa de Acolhimento Irmã Dulce" e dá outras providências; nºs 098 e 099/2021 das Comissões de Legislação e Redação de Leis e Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 045/2021 de autoria do Vereador Euno Andrade Filho, Ementa: Denomina a UBS – Unidade Básica de Saúde do Bairro Cohab III de "Manoel Luiz Pereira" e dá outras providências, os quais foram aprovados em 1ª votação por unanimidade dos Vereadores presentes. Na continuidade, foi reservado o II Momento da Sessão para que os representantes do CONDEMA falassem sobre a implantação da energia eólica em nosso Município, quando na ocasião estiveram presentes os Senhores Marconi Feliciano da Silva, José Araújo de Lima e Luciano Gomes da Silva Júnior. Em suas apresentações falaram sobre os impactos negativos ao meio ambiente, e que, caso seja implantado esse sistema em nosso Município haverá danos irreversíveis à fauna, à flora e às nascentes de água. Após as explanações, o Vereador Nilton Senhorinho disse que o Poder Legislativo tinha o dever de lutar e tentar conter esse avanço do poder econômico, uma vez que as empresas estão mantendo sigilo absoluto sobre os contratos e desdobramentos que isso poderá trazer para a nossa região, a princípio parece ser algo muito bom, mais as comunidades terão um impacto imediato e no final das contas o dinheiro da energia gerada não vai ficar aqui. O Vereador Thallys Bruno perguntou aos representantes se o Conselho já fez um estudo técnico sobre a existência de outra área que possa receber essa energia eólica e se a Secretaria Municipal de Meio Ambiente já oficiou estas empresas e se já obteve alguma resposta com relação a essas empresas. O Vereador Ademilton dos Santos disse que se deve chegar a um denominador comum e um entendimento sem destruir ou causar impactos ao meio ambiente. Disse ainda que jamais trocaria a água pela energia, uma vez que o projeto pode causar sérios danos às nossas nascentes. O Vereador Rômulo

Holanda disse que não tinha conhecimento dessa situação e tinha outra ideia do que seria uma usina de energia eólica, disse ainda que a nossa maior riqueza são as nossas barragens e nossas nascentes, a água brota da terra e até com as secas tivemos condições de abastecer outras cidades, a água faz a energia, porém a energia não faz a água e o que está em jogo é a sustentabilidade e a qualidade de vida das pessoas que moram nessas regiões onde a energia será instalada. Disse que as empresas irão ganhar milhões e as pessoas irão perder o sossego e o meio ambiente será o mais penalizado. Disse ainda que esta Casa deveria fazer o mais rápido possível um Projeto de Lei proibindo a implantação dessa usina nas regiões mencionadas. O Vereador Marcelino Monteiro parabenizou os representantes do CONDEMA, e disse que como Vereador não permitirá de maneira nenhuma que essa implantação seja concluída. O Vereador Euno Andrade Filho disse que a situação é preocupante, disse que hoje o pequeno agricultor tira uma carroça de lenha para sobreviver e o Ibama vem e multa, humilha e o proíbe de fazer isso novamente, e assim são as restrições e penalidades que os pequenos que tentam sobreviver são passíveis de punição. Diante da apresentação e todos os pontos que foram demonstrados, como devastação, ruídos, e uma séria de transtornos, como é que esses proprietários de terras conseguem uma licença ambiental para concessão para instalação dessas torres? Ao que o Sr. Araújo respondeu que o capital sempre foi um grande inimigo do meio ambiente, as queimadas, o desmatamento e tantas outras ações tem causado transtornos porém ninguém é penalizado. O que está faltando em nosso País são leis que sejam cumpridas por todos, pobres e ricos. O Sr. Marconi disse que as empresas ainda não tem autorização, eles na surdina estão arrendando terras mais propícias aos ventos e eles fazem esse contrato de arrendamento para garantir e deste modo as empresas acabam se apossando porque nos contratos variam de 30 a 49 anos o uso das terras, as empresas vão diretamente aos

agricultores sorrateiramente para conquistar, pagando a eles dois mil reais no ato da assinatura dos contratos e os mesmos ficarão recebendo esse valor mensalmente. Depois quando os mesmos veem a realidade já é tarde demais. A maioria dos agricultores são analfabetos ou semianalfabetos, deste modo, é um crime o que estão fazendo no ato da assinatura destes contratos. O Vereador Edvaldo Alves Vieira disse que com formas de confidencialidade, as empresas chegam nos agricultores e eles sem saber os estragos futuros que essas ações irão impactar acabam assinando os contratos, disse que esta Casa estará atenta para lutar em prol da população. Na sequência o Vereador José Anselmo disse que estava sendo uma noite muito esclarecedora e esta Casa havia recolhido o seu requerimento para que fossem debatidos estes temas tão importantes, disse ainda que os empresários também seriam chamados para esta Casa para que após as explanações dos mesmos fossem tomadas as medidas necessárias. Pediu na ocasião que o Presidente José Lopes Silveira veja uma data para que possa ser feito o agendamento com as empresas para virem fazer suas explanações. O Vereador José Carlos disse que os representantes do CONDEMA podem contar com seu total apoio e disse ser favorável ao projeto proposto pelo Vereador Rômulo Holanda. Na continuidade o Vereador José Lopes Silveira, disse que iria convidar as empresas, os órgãos estaduais e municipais, disse ainda que de antemão as empresas procuraram essas áreas por algum motivo específico, o problema não é a energia eólica, o problema é a área onde eles querem instalar a usina, não é algo simples, pois a área engloba várias nascentes e barragens do entorno do Bitury. Perguntou ao Sr. Marconi se o mesmo conhece algum agricultor que assinou os contratos e recebeu o dinheiro? Ao que o Sr. Marconi respondeu que conhece vários. Disse ainda que esta Casa tem que ouvir a outra parte o quanto antes, ou seja, as empresas envolvidas, assim como a APAC e a CPRH, logo após as decisões serão tomadas principalmente com relação ao projeto

proposto pelo Vereador Rômulo Holanda. Disse ainda, que após ouvir os dois lados, irá marcar uma Audiência Pública juntando todos os seguimentos e envolvidos na implantação da energia eólica em nosso Município. Ao final da Sessão o Vereador da Cidade de Tacaimbó fez sua explanação, e disse que havia um termo e se por acaso esse projeto vir a acontecer impactará automaticamente Tacaimbó, São Bento do Una e todas as cidades que são abastecidas pela bacia do Bitury, por isso é interessante se antecipar e fazer valer o poder fiscalizador que os Vereadores têm, pensando na responsabilidade ambiental e social. Disse ainda que os Vereadores terão total apoio das Câmaras da região. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a presente Sessão, marcando a próxima para o dia 29 de setembro do corrente ano. Sala das Sessões, 28 de setembro de 2021.